

I WORKSHOP TABELAS UNIFICADAS

Data: 01 e 02/12/2010

DINÂMICA DE GRUPOS

Grupo I

1 - Diagnóstico da situação atual das tabelas.

- **Tribunal de Justiça da Paraíba** – tabelas não implementadas; somente com identificação “De-Para”; tiveram problemas porque o setor de informática era terceirizado e por imposição do CNJ o quadro foi reduzido;
- **Tribunal Regional Eleitoral de Goiás** – tabelas parcialmente implementadas; tabela de Classe Assunto já estão implementadas, Movimento ainda não;
- **Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas** – tabelas parcialmente implementadas - tabela de Classe Assunto já estão implementadas, Movimento ainda não;
- **Tribunal de Justiça de Rondônia** – tabelas totalmente implementadas;
- **Supremo Tribunal Federal** – tabela de Assuntos implementada e a de Classe foi utilizado “De-Para”;
- **Tribunal Superior do Trabalho** – tabelas parcialmente implementadas; Assunto e Classe implementadas, Movimentos ainda

não implementada, estando na fase de identificação dos "De-Para";

- **Tribunal de Justiça de São Paulo** – tabelas totalmente implementadas na segunda instância; na primeira instância tabelas parcialmente implementadas em um sistema e no outro está em fase de homologação;
- **Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais** – fase de homologação para implementação total das tabelas totalmente;
- **Tribunal de Justiça do Acre** – tabelas totalmente implementadas, inclusive para processos baixados;

2 - Dificuldades na instalação, utilização e implementação das tabelas.

- TJ/PB – mudança da equipe de informática em virtude de determinação do CNJ; a criação do grupo gestor só foi feita em abril/2010; o processo de migração dos dados; STI com acúmulo de tarefas;
- TRE/GO, TRE/MT e TRE/AM – centralização no TSE sem comunicação com os TRE's e sem levar em consideração as particularidades de cada região;
- TJ/RO – dificuldade de interpretação da Resolução n. 46; adequar o sistema já em uso, a realidade, à solicitação do CNJ; o sistema teve que ser reescrito para a adequação; interface própria, embora utilize a do CNJ; no início houve dificuldade no treinamento, que foi amenizado no centro de treinamento dos usuários; criação de um grupo para tirar as dúvidas dos usuários por meio de email; dificuldade nos relatórios estatísticos;
- STF – atualização das tabelas, feita de forma manual;
- TST – dificuldade para adaptar a tabela de movimentos ao que

existe no sistema; supressão de algumas classes que existiam na tabela do sistema já existente;

- TJM/MG – migração de dados; falta de consistência dos dados existentes;
- TJ/SP Segunda Instância – dificuldade no enquadramento do “De-Para”, pois não havia treinamento para fazer a identificação adequada; necessidade de conhecimento mínimo do usuário para o cadastro;
- TJ/SP Primeira Instância – dificuldade no “De-Para” pela variedade e volume de processos. Realizado o “de/para” restaram casos em que o assunto é atualizado pelo usuário por demanda. Geração de estatísticas pela qualidade de atualização dos dados pelos usuários em sistemas anteriores, embora o sistema já esteja implantado;
- TJ/AC – dificuldade para fazer o “De-Para”, que foi agravada por reformulações sucessivas das tabelas pelo CNJ;
- DIFICULDADES GERAIS
- Dificuldades na interpretação dos dados solicitados pelo CNJ; capacitação de servidores

3 – Plano de ação.

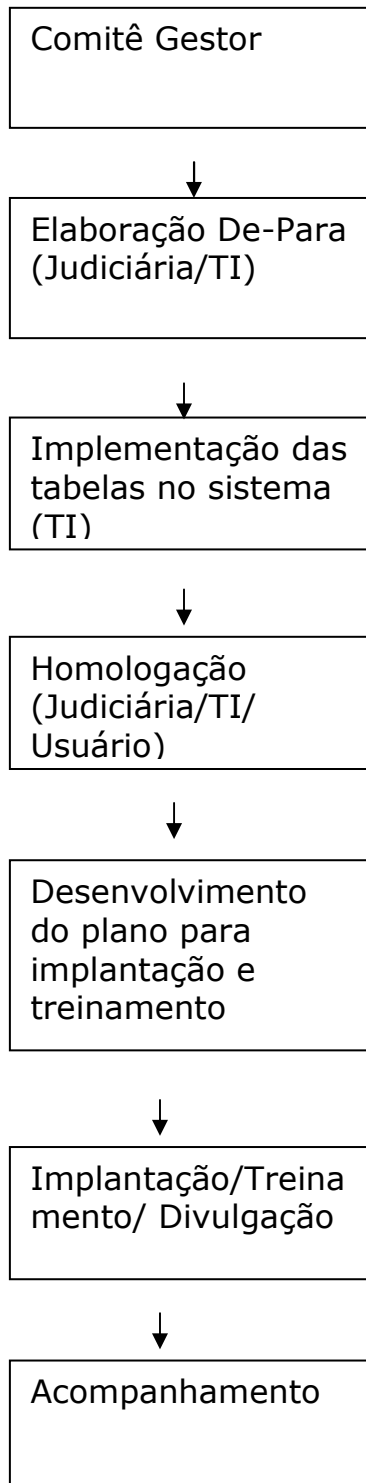
Iniciativas:

- Treinamento da equipe de usuário final e modificação da gestão cartorária, fazendo com que todos os servidores se revezem nas atividades do cartório;
- Implantar as tabelas somente nos processos ativos e novos;
- Conexão via intranet entre os usuários e os técnicos de informática e área judiciária para tirar dúvidas;

- Apresentação na intranet de um vídeo de treinamento, com sistema de controle de acesso dos usuários;
- Designação de uma equipe que se dedique com exclusividade à implantação das tabelas, priorizando a implementação em detrimento de todos os outros projetos em desenvolvimento;

AÇÕES A REALIZAR	COMO?	PRAZO INICIAL	PRAZO FINAL	RESPONSÁVEL	RESULTADO	CUSTO
Como cada Tribunal está em uma fase diferente de implantação ficou impossível um cronograma único para todos, ficando cada um responsável pelo seu cronograma e plano de ação						

4 - Estruturação de esquema com etapas de instalação: os grupos deverão apresentar um projeto com esquemas, desenhos e detalhamento de todas as etapas de implementação das tabelas (Caso todos os membros dos grupos representem tribunais que já tenham instalado as tabelas, responder às questões 5 e 6).



5 - Propostas de soluções para as dificuldades encontradas.

- Sensibilização da cúpula do Tribunal;
- Priorização da implementação das tabelas em detrimento de outros projetos;
- Formação do grupo gestor com conhecimento jurídico, de tecnologia de informática e prática cartorária;
- Aumento da quantidade de servidores da área de TI;
- Melhoria do canal de comunicação do CNJ ao atendimento dos Tribunais;
- Equipe de acompanhamento de implantação;

6 - Como garantir a implementação das novas funcionalidades.

- Criação de uma tabela com histórico das alterações (tabelas afetadas, campos, tipos de dados e datas);
- Implantação de *WebService*;

